

Público, Socialização e Politização: Reler John Dewey na companhia de George Herbert Mead

Por Daniel Cefai¹

Tradução Luana Martins²

In *Crítica e pragmatismo na sociologia: Diálogos entre Brasil e França*, Diogo Silva Corrêa, Laura Chartain, Rodrigo Cantu, Sayonara Leal (org.), São Paulo, Annablume Editora, 2018, p. 57-88.

Insistiu-se muito, na tradição sociológica de Chicago, no trabalho de definição e de controle de *situações problemáticas*, e sobre o processo social que conduz da experimentação de uma perturbação à sua identificação e a seu tratamento. O princípio de definição da situação, em sua formulação famosa: “Se os homens definem as situações como reais, elas são reais em suas consequências”³ foi mais tarde renomeado teorema de Thomas. A teoria da investigação social de John Dewey formulou esse princípio em um sentido pragmatista: uma situação é pensada como problemática quando ela organiza a atividade coletiva de seus participantes, ao passo que eles se esforçam para determinar, com o objetivo de controlá-la, as condições de sua chegada, as fases de seu desenvolvimento e as consequências que a seguem.⁴ A atividade coletiva que se forma em torno de uma situação problemática foi analisada, já que envolve pessoas que não são diretamente afetadas, em termos de constituição de um *público* em torno de um *problema público*⁵. Neste capítulo, propõe-se colocar à prova algumas ideias de Mead para compreender aquilo que se passa, em termos de experiência pública, nesse processo social específico que é o processo de publicização. Não será uma confrontação sistemática entre as abordagens de Mead e de Dewey⁶, tampouco um *coup de force* interpretativo para fazer endossar à Mead a noção de “público” de Dewey, ausente em

¹ Sociólogo, professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris e pesquisador do Centre d'Étude des Mouvements Sociaux (CEMS-EHESS). O autor agradece muito Luana Martins e Diogo Corrêa pelo trabalho de tradução e edição.

² Mestra em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense, Niterói.

³ William I. Thomas e Dorothy S. Thomas, *The Child in America*, New York, Alfred Knopf, 1928, p. 573.

⁴ John Dewey, *Logic: Theory of Inquiry*, New York, Henry Holt, 1938.

⁵ John Dewey, *The Public and Its Problems*, New York, Henry Holt, 1927.

⁶ Hans Joas, *Pragmatism and Social Theory*, Chicago, University of Chicago Press, 1993, e em particular em “The Creativity of Action and the Intersubjectivity of Reason”, p. 238-259.

sua obra. Esse diálogo entre os dois autores visa examinar quais elementos da teoria social, moral e política pode-se extrapolar a partir de sua concepção da ação como “solução criadora de problemas por uma inteligência experimentadora”⁷. Fazendo isso, nós esperamos reforçar a concepção do “público” de Dewey dando, simultaneamente, extensão à teoria social de Mead.

DA TOMADA DE CONSCIÊNCIA DA PERTURBAÇÃO À POLITIZAÇÃO DE UMA SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA

“A vida torna-se consciente quando as próprias respostas do organismo entram no campo objetivo ao qual ele reage para dele fazer parte”⁸. Segundo Mead, o organismo é um componente de seu próprio ambiente. Ele seleciona alguns estímulos úteis, agradáveis ou benéficos aos quais ele novamente responderá em seus processos de seleção subsequente; e ele o faz coordenando-se com outros organismos na totalidade de um ato social⁹. A seleção de uma resposta é assegurada quando outras respostas possíveis são inibidas ou adiadas, a fim de permitir o ajuste e a integração de todas as respostas dos organismos envolvidos no ato social. É apenas quando uma conduta é impedida que a transação, que acontecia até aquele momento sem entraves entre o organismo e seu ambiente, é *perturbada*: o organismo é simultaneamente remetido, por um lado, a uma “determinação mais aguçada dos objetos que o estimulam”, e por outro, a uma consciência da natureza “subjéctiva” ou “psíquica” de suas próprias reações¹⁰.

⁷ H. Joas, *Pragmatism and Social Theory*, op. cit. p. 248 e *The Creativity of Action*, Chicago, The University of Chicago Press, 1992.

⁸ George H. Mead, *The Philosophy of the Present*, editado por A. E. Murphy, La Salle, Open Court Pub., 1932, p. 95.

⁹ “Pode-se definir ‘ato social’ um ato para o qual a ocasião ou o estímulo que libere o impulso em um indivíduo se encontre nas propriedades ou nas condutas de outro indivíduo, que faz parte de seu ambiente. Nós queremos, no entanto, limitar o ato social à classe de atos que requerem a cooperação de mais de um indivíduo, e cujo objeto conforme definido pelo ato, no sentido de Bergson, é um objeto social. Por ‘objeto social’, nós entendemos um objeto que corresponde a todas as partes de um ato complexo, embora essas partes se encontrem na conduta de diferentes indivíduos. O objetivo dos atos se situa, então, no processo vital de um grupo, e não apenas em indivíduos tomados um a um.”, (G. H. Mead, “The Genesis of the Self and Social Control”. *International Journal of Ethics*, vol. 35, 1925, p. 263-264). Uma tradução francesa desse texto é disponível em G. H. Mead, *L’Esprit, le soi, la société*, [1934], tradução e apresentação de D. Cefai e L. Quéré, Paris, PUF, 2006, p. 406-428.

¹⁰ G. H. Mead, “The Definition of the Psychical”, *Decennial Publications of the University of Chicago*, First Series, vol. 3, Chicago, 1903, p. 77-112; “Social Consciousness and the Consciousness of Meaning”, *Psychological Bulletin*, vol. 7, 1903, p. 397-405.

A perturbação rompe com os hábitos da vida, com o curso das coisas ou com a tranquilidade dos costumes, ainda sem ser transformada em objeto de reflexão. Por exemplo, o medo de um vazamento radioativo em seu ambiente assombra os moradores de uma usina; as condições de trabalho são alteradas em uma empresa, e transformam sua economia moral; comportamentos de homens, antes tolerados, se tornam insuportáveis a um número crescente de mulheres; a multiplicação dos casos de crianças acometidas por envenenamento por chumbo indigna, inquieta e intriga os médicos. Quando uma situação ordinária atravessa essa crise, os participantes saem de seus regimes de conduta habitual e elaboram uma experiência reflexiva. Eles circunscrevem os elementos que os perturbam, se interrogam sobre suas causas e seus efeitos, se perguntam sobre suas atitudes respectivas à perturbação e examinam o significado social de seus atos de acordo com suas perspectivas. Eles discutem, eles refletem, eles se inquietam em voz alta, eles se informam, eles questionam, eles exprimem a opinião. *A perturbação da experiência é convertida em um problema.*

A perturbação pode ser configurada, pouco a pouco, em processos diádicos¹¹ de conversação, que tematizam a “experiência imediata” e fazem emergir uma “atitude cognitiva” em face daquilo que até então era tido como certo¹². A mudança da “conduta” à “cognição” é o que conduz a “tomar consciência” de que alguma coisa é “problemática” e a “se informar a respeito” (*find out*) sobre aquilo que se passa. Essa “tomada de consciência” induz a uma nova experiência do ambiente, de si mesmo e do outro. A perturbação não é somente uma provação psíquica, vivida por um sujeito em sua intimidade. Ela se ancora na situação e transforma a totalidade dinâmica das transações que acompanham os seres vivos e seu ambiente¹³. Indeterminada, pré-subjetiva e pré-objetiva, a perturbação vai, de pouco em pouco, se especificando. Ela se configura e se individualiza no problema sobre o qual é possível haver uma apreensão prática, cognitiva e normativa; ela ganha uma significação geral sendo reenquadrada em relação às ideias, relacionada a precedentes, religada a causas,

¹¹ “Diádico” - adjetivo derivado da “Dyade” de Georg Simmel – outras interações são “triádicas”, como vamos ver.

¹² G. H. Mead, “The Genesis of the Self and Social Control”, *International Journal of Ethics*, vol. 35, 1924–25, p. 251-277. Em “The Philosophies of Royce, James and Dewey in their American Setting”, *International Journal of Ethics*, vol. 40, 1930, p. 211-231, em particular p. 229, Mead traça o percurso da perspectiva do conhecimento de laboratório de Peirce, em *Essays in Experimental Logic*, Chicago, University of Chicago, 1916 de Dewey, precisamente em *Experience and Nature*, Chicago e London, Open Court, 1925, onde realiza o “paralelismo entre a análise do ato moral e do ato cognitivo”.

¹³ Sobre a situação problemática, vista por G. H. Mead: Cf. *The Philosophy of the Act*, editado por C. W. Morris et al., Chicago, University of Chicago Press, 1938, p. 6-8.

imputada a intenções. Ela se articula por meio de operações de simbolização, de categorização e de raciocínio, que fornecem ao organismo, que toma consciência de si mesmo, “um novo conjunto de objetos aos quais reagir, um novo campo de estimulação”¹⁴. Esse processo, na linguagem de Mead, implica uma *mudança de perspectiva*. Uma nova perspectiva vai se desenvolver, pelas perturbações de proximidade, por exemplo, na troca com “outros significativos¹⁵”, nas interações face a face, na troca de falas, na recepção de informações de fontes mais ou menos oficiais, ou em pequenas investigações conduzidas por alguns indivíduos. Porém, o ponto importante é que um *processo social* emerge e que é formada uma nova atividade coletiva, feita de processos de associação, de cooperação, e de comunicação, de discussão, de investigação e de experimentação, com o objetivo de definir e controlar a situação problemática. Essa atividade coletiva, orientada em torno de um objeto comum, é distribuída sobre certo número de lugares, de agentes e de objetos, integrados um ao outro numa totalidade; ela é implantada temporariamente, se auto-organiza enquanto se autorreflete, e transforma o ambiente do qual ela é parte interessada¹⁶; ela provoca, em certos casos, uma *experiência pública*, que é irreduzível à soma das experiências dos *Selves* que a compõem e não dedutível da experiência social que vigorava antes da ocorrência da perturbação. Os participantes desse *processo de publicização*, a título de autores ou de espectadores, adotam, então, o ponto de vista deste *Outro generalizado*¹⁷ que Dewey chama de “público”. A adoção da perspectiva do “público” é o que torna possível a esses membros de se distanciarem da situação problemática, de criticarem-na por meio de atos sociais de análise, de denúncia ou de reivindicação, e de transformarem-na em um objeto de investigação, de interrogação e de intervenção. A constituição de um problema público não concerne apenas às pessoas diretamente afetadas e às suas vidas privadas, mas a todos os membros de uma comunidade política que se sentem indiretamente concernidos, compartilhando, a partir de então, a “consciência pública” do problema.

¹⁴ G. H. Mead, *MSS*, p. 348.

¹⁵ Esses outros são “significativos” porque eles são “pertinentes” no processo em curso, e não somente porque eles importam no percurso biográfico de uma pessoa ou porque eles dispõem de uma autorização ou de um prestígio social.

¹⁶ Mary P. Follett, *The New State : Group Organisation, the Solution of Popular Government*, New York, Longmans, Green and Co 1918 e *Creative Experience*, New York, Longmans, Green and Co, 1924.

¹⁷ Cf. a seção “Play, the Game, and the Generalized Other”, em G. H. Mead, *MSS*, p. 152-164.

O processo social de avaliação de consequências nefastas de uma ação ou de um evento, que não só abala as pessoas diretamente afetadas, mas igualmente aqueles que não sofrem dano imediato ou não sofrem dos inconvenientes diretos, é o que Dewey qualifica como público. Pode-se identificar vários elementos nesse *processo de politização*. 1) A situação problemática é tornada pública, no sentido de ser visível sem restrições, por meio de operações de testemunho, de medida, de investigação, de experimentação ou de discussão: a perturbação, inicialmente não refletida, inconsciente porque autoevidente, mantida em segredo em nome de princípios normativos ou por conta de interesses particulares, ou vivida como reservada à esfera íntima ou privada, é levada à praça pública. 2) Essa situação problemática torna-se o foco de processos de investigação e de experimentação, mas também de dramatização e de argumentação: o público é uma atividade coletiva, centrada nas provações de descrição das circunstâncias, de atribuição de causas, de identificação de autores, de imputação de responsabilidades, de qualificação de danos, e assim por diante. Essas operações não são apenas estratégicas, mas elas envolvem concepções do bem público e do mal público. 3) A situação problemática atinge, desta forma, um grau suplementar de institucionalização. Assumida por coletivos, organizações e instituições, ela se torna um *issue* em tomadas de posições, num jogo de aproximações e de oposições, de alianças e de conflitos. Ela conduz ao estabelecimento de frentes de batalha onde as linhas de demarcação, os campos e os desafios se constituem no processo de publicização. 4) Como tal, a situação problemática, quando é reconhecida como uma questão pública, conduz, quase sempre, a uma interpelação dos poderes públicos, afim de que eles intervenham como juiz ou árbitro, investigador ou experimentador, mediador ou legislador, administrador, decisor ou policial. Pode-se ter como exemplo de constituição de um problema público a *investigação social* (*social survey*) sobre o setor da indústria da carne (*stockyards*), supervisionada por Mead e Henderson, entre 1909 e 1914, em Chicago, ou aquela, realizada em 1910, em nome dos *Citizens' Commitee*, sobre a greve de trabalhadores na indústria de vestimentas¹⁸. Ou ainda, as pesquisas no âmbito do *City Club of Chicago* sobre o funcionamento das bibliotecas públicas ou das escolas municipais que foram seguidas de efeitos na ação pública.

¹⁸ Steven J. Diner, *A City and its Universities: Public Policy in Chicago 1892-1919*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1980.

TRANSFORMAÇÃO DAS ATITUDES, DOS HÁBITOS E DAS CRENÇAS: PROVAÇÕES DE SI

Para Mead, esse processo social de “reforma da comunidade” tem consequências sobre a organização dos *Selves* que a compõem. A desorganização de qualquer um dos processos sociais que permitem, normalmente, um *Self* unificado de se manter integrado¹⁹ conduz à sua “desintegração parcial”. A situação passa a ser problemática porque ela suscita um conflito entre diferentes impulsos, essas tendências a reagir de uma certa forma a um certo tipo de estímulo, sob determinadas condições²⁰. O jogo de interações entre o Eu e o Mim²¹, em uma tensão mediada pela relação com os outros, mais ou menos concretos ou abstratos, singulares ou típicos, ligados a objetos psíquicos ou sociais e sob a influência de um Outro generalizado, é transformado. O desenvolvimento social e moral dos *Selves* envolvidos pode ser afetado²². Como tematizar as consequências sobre a experiência do *Self* da constituição de um problema público? Este último toma forma em uma *arena pública* onde irão provar-se e medir-se, formular-se e estabilizar-se novas perspectivas, novos interesses e novas opiniões. Ele se reflete em um “*fórum de reflexão*”²³, onde o Eu entre em conflito com o Mim e se toma como seu próprio objeto, busca novas “respostas ajustadas” à situação, por excitação e inibição de certos impulsos, reorganiza seu campo de percepção e de ação, adotando novas crenças, atitudes²⁴ e hábitos²⁵. O processo de publicização se traduz, portanto, na transformação de si

¹⁹ G. H. Mead, *MSS*, p. 144.

²⁰ G. H. Mead, “Review of W. McDougall, *An Introduction to Social Psychology*”, in *Psychological Bulletin*, vol. 5, 1908, p. 385-391. Ver igualmente *MSS*, p. 303 e seguintes]: “As mudanças que nós produzimos na ordem social na qual estamos envolvidos implica necessariamente que nós também nos modifiquemos a nós mesmos. Os conflitos sociais entre os membros de uma sociedade humana que necessitam, para que os eliminem, da reconstrução ou da modificação consciente ou inteligente dessa sociedade, exigem o equivalente em sua constituição de si mesmo ou da personalidade de seus próprios membros”.

²¹ G. H. Mead, “The Social Self”, *Journal of Philosophy, Psychology, and Scientific Methods*, 1913, 10, p. 374-380. Do original, “I” e “Me”. O vocábulo “Me” não apresenta uma correspondência direta no português, mas se aproxima semanticamente do “mim”. (N.T.)

²² Axel Honneth, “Reconnaissance et socialisation. G. H. Mead et la transformation naturaliste de l’idée hégélienne”, in *La lutte pour la reconnaissance* [1992], Paris, Cerf, 2002, cap. IV; et Jürgen Habermas, “L’individuation par la socialisation. La théorie de la subjectivité de G. H. Mead”, in *La pensée postmétaphysique* [1988], Paris, Colin, 1997.

²³ G. H. Mead, “The Social Self”, *op. cit.*, p. 379.

²⁴ “Todas as atitudes estão na disposição das pessoas, como formas de condutas que esperam pela situação apropriada para ativá-las”, (G. H. Mead, “A Pragmatic Theory of Truth”, *Studies in the Nature of Truth*, University of California Publications in Philosophy, vol. 11, 1929, p. 65-88, aqui p. 80).

mesmo. Pode-se dizer que, no público, o *Self* se envolve em um novo *processo de socialização* específico, quando se alinha com outros papéis e adota outras perspectivas, adquirindo novas capacidades, aprendendo outras regras, dominando outras habilidades e aderindo a outras crenças. Ao fazê-lo, padrões regulares de resposta a determinados conjuntos de estímulos se estabelecem nesta transação entre o *Self*, os outros e seu ambiente: novos *campos de significados* se formam e transformam as atitudes do *Self* em relação aos atos sociais em que estão envolvidos. Todas as dimensões da experiência do *Self* podem ser afetadas quando são abalados os seus “atos completos” ou “integrados”, que associam emoção, condução e pensamento²⁶. Fenômenos genuínos de “conversão” podem, portanto, ocorrer: além da aprendizagem do que C. W. Mills chamava de “vocabulários de motivos²⁷”, o *Self* é levado a uma reorientação de seus impulsos, desejos e interesses em direção aos novos “outros significativos” e assume as atitudes de um novo “Outro generalizado²⁸”. Mas essa conversão é em geral limitada. Ela não é necessariamente uma mudança total de uma “visão do mundo” e de uma “forma de vida”. Por exemplo, a mudança do *Self* pode concernir, com dificuldade, uma atitude perceptiva e apreciativa, orientada em direção a um objeto particular (uma aversão ao excesso de consumo de carne). Pode-se traduzir por uma reformulação mais radical de um registro circunscrito de práticas, que não é reivindicada como tal, se não frente a certos auditórios (a inibição do impulso de comer carne e o abandono puro e simples de seu consumo, acompanhados de uma análise das consequências ecológicas do crescimento das dietas carnívoras). Além disso, pode levar a uma verdadeira revolução existencial: o endosso da perspectiva dos bois, das ovelhas e das galinhas como seres vivos e sensíveis, portadores de direitos, conduz a participação a um público vegetariano ou vegano. A mudança se repercute na transformação de outros hábitos de consumo, por meio da adoção de um quadro de referência ecológico; e ela pode, ainda, expandir-se para o envolvimento em

²⁵ G. H. Mead, *MSS*, p. 126, p. 163 e p. 343, e John Dewey, *Human Nature and Conduct*, New York, Henry Holt and Company, 1922.

²⁶ J. Dewey, “George Herbert Mead as I Knew Him”, *Journal of Philosophy*, 28, 1931, p. 309-331, que se pode colocar em relação a G. H. Mead, “The Philosophy of John Dewey”, *International Journal of Ethics*, vol. 46, 1, 1935, p. 64-81.

²⁷ C. W. Mills, “Situated Actions and Vocabularies of Motive”, in *American Sociological Review*, vol. 13, nº 5, 1940, p. 904-909.

²⁸ Ralph Turner, “Role-Taking, Role Standpoint, and Reference Group Behavior”, *American Journal of Sociology*, vol. 61, 4, 1956, p. 316-328.

novas redes sociais ou organizações militantes, o engajamento em novas formas de ativismo e proselitismo.

O público tem um poder de emancipação. Ele gera *capacidades de ver, de fazer, de dizer ou de pensar de outra maneira*. Ele transforma as *transações de um ser vivo, com outros (mais ou menos significativos) e com objetos (psíquicos e sociais), em suma, com seu ambiente e, em troca, consigo mesmo*. O público abre novas possibilidades de experiência e de ação, submetendo o *Self* a provas que o fazem se assumir como um dos fatores da situação problemática: o fato de ser uma mulher espancada, um consumidor de energia nuclear, um residente de uma área intercultural ou um trabalhador em uma indústria danificada se torna uma fonte de interrogação. Os *Selves* podem se envolver em diferentes *modalidades de autorreflexão*, e atravessar *fases de investigação sobre si mesmo, de experimentação de si mesmo e de deliberação consigo mesmo*. *Investigação sobre si mesmo*: eles podem buscar melhor se conhecer, questionar seus desejos e interesses, investigar suas trajetórias biográficas para elaborar sua experiência de ser “mulher” ou “negro”, informar-se sobre tipos alternativos de hábitos ou de alimentação, projetá-los na imaginação ou passar à ação. *Experimentação de si mesmo*: eles podem se colocar à prova, testando-se em novas situações, envolvendo-se em novos coletivos de trabalho, de lazer, de propriedade, de vizinhança, de consumo ou de sexualidade. Eles experimentam outras formas de vida e avaliam as consequências que estes novos ambientes têm sobre eles. *Deliberação consigo mesmo*: eles podem, enfim, se envolver em um diálogo com seus *Selves* (Quem sou eu? O que é que eu faço? Para onde estou indo?), examinar a desejabilidade dos lugares que eles ocupam e refletir sobre suas expectativas de reconhecimento e de realização de si mesmo, tanto em condutas observáveis quanto em conversas íntimas²⁹. Essas provas reflexivas do *Self* redobram o trabalho de discussão, de investigação e de experimentação com os outros, por exemplo, em grupos de conscientização de feministas ou em conselhos de cooperativas de trabalhadores, em associações de luta contra o racismo e a xenofobia ou contra a exploração da energia nuclear. Além disso, o processo de publicização pode criar ambientes de apoio a mulheres em situação de crise, circuitos alternativos de produção e distribuição, sistemas de regras jurídicas e de decisões judiciais, redes de informação e de debate público na internet. *A provação de si mesmo é indissociavelmente uma prova interativa e inter-objetiva*.

²⁹ G. H. Mead, *MSS*, p. 179.

A ESTRUTURA TERNÁRIA DO PÚBLICO: O OUTRO GENERALIZADO, A COMUNICAÇÃO E A COOPERAÇÃO.

As provações de si mesmo não são somente processos psíquicos – uma “redescoberta da subjetividade”, como frequentemente se lê a respeito de novos movimentos sociais. O que está em jogo, na constituição de um problema público, é uma *mudança de perspectiva*: em torno de uma determinada questão, o público substitui a comunidade organizada que até então fazia as vezes do Outro generalizado. O que foi chamado, na sociologia de Chicago, de “controle social”³⁰ corresponde para Mead³¹ à dialética do Eu e do Mim, que se desdobra na do *Self* e de seus outros, objetos psíquicos ou objetos sociais. “O controle social sobre o indivíduo reside no processo comum que diferencia o indivíduo em sua função particular enquanto ele controla, ao mesmo tempo, sua resposta”³². Ele integra os indivíduos em processos de ajustamento social, que passam tanto pela orientação das instituições quanto pela participação nas interações. O controle social se exerce, de acordo com Cooley, Park ou Blumer pela ação dos costumes, da tradição ou do direito, ou em formas de comportamento coletivo como a moda, o rumor ou a opinião. Durante muito tempo, o mecanismo de controle social, quando não imposto pelas instituições, mas difundido pelas interações, foi concebido a partir de esquemas de imitação, da insinuação, senão da hipnose. A reflexão sobre o público permitiu soltar as amarras da psicologia das multidões: a conversação em Tarde, a discussão em Park e a comunicação em Dewey rompem, em diferentes níveis, com a noção da imitação³³. Para Mead, o controle social começa pela conversação: a conversação de gestos, como um mecanismo de ajuste mútuo e de adoção da atitude de outro, torna-se a conversa por símbolos significativos “quando eles provocam implicitamente no indivíduo que os realiza a mesma resposta que eles provocam explicitamente – ou supostamente provocam – para

³⁰ Robert E. Park e Ernest W. Burgess, *Introduction to the Science of Sociology*, Chicago, University of Chicago Press, 1921.

³¹ G. H. Mead, *MSS*, p. 210-211, p. 255 e p. 270.

³² *Ibid.*, p. 270.

³³ Mead critica os limites de Wundt (*MSS*, p. 51-60). Ele critica Dewey, em outro momento, em um texto não publicado, por ter retomado o esquema de imitação para explicar sobre o aprendizado das crianças: G. H. Mead, “George Herbert Mead: An Unpublished Essay Review of Dewey’s Human Nature and Conduct”, editado por G. A. Cook, *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 30, 1994, p. 374-379.

aqueles à que eles se dirigem³⁴”. A interação mediada por esses símbolos significativos, em um processo de experiência, de cooperação e de comunicação, é o que permite a gênese da sociedade, da mente e do *Self*. Para dizer de outra maneira, os símbolos significativos, em primeiro lugar a linguagem, articulam contextos de experiência comum ou partilhada: os humanos experimentam situações em relação às quais eles se sentem concernidos, não por simples reação a estímulos como os gestos vocais, mas por estarem previamente jogados e projetarem-se em um “campo de significados”³⁵. Mead descreve a estrutura ternária do “processo social” nesse campo de significados: os participantes em uma *interação simbólica*, para retomar o termo consagrado por Blumer³⁶, assumem a perspectiva uns dos outros – seja para simplesmente se coordenar, seja para incorporá-la à sua própria perspectiva ou, de outras formas, para compreendê-la, discuti-la, interrogá-la, interpretá-la, criticá-la, rejeitá-la... Ao responder uns aos outros, eles também assumem a atitude do Outro generalizado: eles partilham o ponto de vista da comunidade organizada da qual eles participam, que eles confirmam e revivem por meio de suas interações. T. Shibutani acrescenta que eles vivem em um mesmo *mundo social*³⁷. Eles têm acesso a uma mesma realidade, envolvem-se em atividades organizadas (que são indissociáveis de processos de associação, cooperação e de comunicação) e partilham de perspectivas comuns (as quais, quando suficientemente integradas, estabilizadas e difundidas, são qualificadas como “cultura”).

Dewey não diz outra coisa quando ele vincula o advento da consciência de si e da consciência de outrem, não com a existência de sujeitos preexistentes, com seus “estados psíquicos”, mas com processos sociais, mais ou menos complexos, de cooperação e de comunicação³⁸, que fazem “nascer novos objetos na situação social”³⁹. Em um público, como em qualquer outra situação social, alguém fala de algo com alguém fazendo algo com alguém. O significado desse “algo” se dá em uma experiência social: ela é indicada a terceiros, mostrando aos que dão a indicação, representando-a, simbolizando-a, e transformando-a⁴⁰. O

³⁴ G. H. Mead, *MSS*, p. 47.

³⁵ G. H. Mead, *MSS*, p. 76, D. Miller, *George Herbert Mead: Self, Language, and the World*, Austin e London, University of Texas Press, 1973.

³⁶ Herbert Blumer, “Society as Symbolic Interaction”, in A. Rose (sob a direção de), *Human Behavior and Social Processes: An Interactionist Approach*, Boston, Houghton-Mifflin, 1962, p. 169-192.

³⁷ Tamotsu Shibutani, *Social Processes*, Berkeley, University of California Press, 1986, p 109-117.

³⁸ J. Dewey, *Experience and Nature*, Chicago, Open Court, 1925, cáp. V.

³⁹ G. H. Mead, *MSS*, p. 78.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 89.

significado desse “algo” está nesse mesmo “algo”, se ela *emerge* à prova de nossos sentidos, de nossos atos e de nossos discursos⁴¹. A situação problemática não é, com exceção dos casos de delírio coletivo que ordinariamente não passam pelo teste da realidade, uma invenção daqueles que a ela se referem. Ela se constitui temporalmente no “contato” com uma atividade coletiva à qual ela “resiste”⁴² – sem que se possa afirmar a anterioridade ou exterioridade dos atos sociais que a visam, ou sem que se possa reduzi-la a uma projeção hipotética que colocaria em ordem a diversidade amorfa do sensível. *A situação problemática não é, então, mais uma “construção da realidade social” do que uma “disfunção do sistema social”*. Ela se dá na associação cooperativa e comunicativa de múltiplos corpos, olhos e mãos, equipados de instituições, de ferramentas e de símbolos em transação com as coisas, as ações e os eventos que se dão a eles em seu ambiente. Ela se orienta em universos de discursos⁴³, que guiam de antemão o fluxo da atenção pública e que pré-desenham um horizonte daquilo que é possível dizer, e, então, ver e entender. O ponto de vista de Mead e de Dewey permitem escapar da antinomia do funcionalismo e do construtivismo que perpassa a sociologia dos problemas públicos. O público pode ser descrito, metaforicamente, como um mega-organismo, cuja forma, limites e objetivos não cessam de se temporalizar no curso das miríades de atividades coletivas que o compõem em relação a seus ambientes. O público seleciona, organiza e define um campo de significados *enquanto este a ele resiste*. Ele não se encontra encapsulado em um posto de controle, com um espírito público nos comandos, mas distribuído em arranjos de objetos psíquicos e sociais em interação uns com os outros, recompostos por agenciamentos de “símbolos linguísticos”. Se ampliarmos o argumento de “*The Physical Thing*”, os membros do público assumem as perspectivas ou desempenham os papéis complexos de objetos, atos e eventos que colocam problemas⁴⁴. Porém, eles só entendem a natureza problemática da situação quando estão expostas a ela, suportando-a e sofrendo-a.⁴⁵ Eles não só chegam a definir um problema público no curso temporal das

⁴¹ G. H. Mead, “The Philosophy of John Dewey”, *op. cit.*, em particular p. 78-79.

⁴² H. Joas, *George Herbert Mead: A Contemporary Re-Examination of His Thought*, Cambridge, Mass., The MIT Press, cap. 7, 2007 [1980].

⁴³ G. H. Mead, *Movements of Thought in the Nineteenth Century*, editado por M. H. Moore, Chicago, University of Chicago, 1936, cap. 16, p. 380.

⁴⁴ G. H. Mead, “The Physical Thing”, in *Philosophy of the Present*, *op. cit.*, p. 119-139.

⁴⁵ J. Dewey, *Art as Experience*, New York, Minton, Balch & Company, 1934. Ver também G. H. Mead, “The Nature of Aesthetic Experience”, *International Journal of Ethics*, vol. 36, 1925-26,

investigações e das experimentações por meio das quais eles experimentam-no, se acomodam a ele, assimilam-no e refletem-no. *O público é mais o produto de um problema público do que o problema público a criatura do público.* As perspectivas da experiência pública têm uma “realidade objetiva⁴⁶” e são “perspectivas sociais” – “objetiva” e “social”, no sentido de Mead.

MUDANÇA DE PERSPECTIVA, ASSOCIAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

No público se produz o que se pode qualificar, na linguagem atual de análise de redes, como a dissociação do *Self* de seus papéis, relacionados a uma desconexão de pessoas de seus grupos, redes e organizações de referência e à sua reconexão em novas configurações de relações, interações e interlocuções. *O público é um processo de as-sociação, e, portanto, de dis-sociação e de re-sociação.* Dito de outra maneira, o trabalho de definição e de domínio da situação problemática remodela os sociogramas de relações interpessoais, no mesmo movimento em que ele constitui um novo campo de significados, com novos objetos que ele precisa controlar ou eliminar, aos quais ele deve se ajustar ou se habituar ou na direção dos quais ele deve se projetar ao fabricá-los. O *Self* se socializa nesse processo social⁴⁷. O processo de publicização é uma espécie de processo de socialização. Quando se fala em *socialização*, referimo-nos ao processo de vida (*life process*) de organismos vivos (*living forms*) que, levando-os a selecionar novos objetivos, recursos, instrumentos, organizações, envolve-os em novas relações de coordenação e de comunicação, de cooperação e de competição, o que os impulsiona a se reconstruírem, a refazerem seu ambiente e a refazerem a sua sociedade. Assim, os *Selves* se socializam assumindo e adotando mutuamente as atitudes

p. 382- 393. T. M. Alexander, *John Dewey's Theory of Art, Experience and Nature: The Horizons of Feeling*, Albany, State University of New York Press, 1987.

⁴⁶ G. H. Mead, “The Objective Reality of Perspectives”, in E. S. Brightman (sob a direção de), *Proceedings of the Sixth International Congress of Philosophy*, New York, Longmans, Green, and Co, 1926, p. 75-85.

⁴⁷ Toda uma psicologia social, inspirada em Cooley, Mead e Dewey essencialmente, desenvolveu-se nos Estados Unidos: Alfred R. Lindesmith, Anselm L. Strauss, *Social Psychology*, New York, Holt, Rinehart, and Winston, 1968 (3e édition); T. Shibutani, *Society and Personality: An Interactionist Approach to Social Psychology*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1961; Gregory Stone, Harvey A. Faberman (sob a direção de), *Social Psychology Through Symbolic Interaction*, Waltham et Toronto, Xerox College Pub., 1970.

uns dos outros e se alinhando a novos padrões de experiência social que emergem; eles socializam seu ambiente tornando-se conscientes de si mesmos e dos objetos psíquicos e sociais com os quais se deparam e integrando-os a seus atos sociais. Em momentos de crise, a partir dos quais o público nasce, esse processo de socialização parece se acelerar e tomar uma direção mais reflexiva ainda. Os membros do público saem de suas rotinas da vida social – o jogo social como um “jogo regulamentado” (*game*) em que eles geralmente são tomados – e se põem a jogar uma espécie de “jogo livre⁴⁸” (*play*), em que vão inventar o que está em disputa, os papéis e as regras, os ganhos e as promessas. Eles reconfiguram o controle social pelo qual os atos de cada um são determinados pelas atitudes de todos os que participam do jogo em curso nesse mundo social, nessa organização ou nessa instituição. No processo de publicização, as pessoas não são, momentaneamente, mais obrigadas pelos personagens estabelecidos: ainda instáveis, hesitantes, em busca de si, eles podem se inventar em outros eus, testar máscaras, mudar de regras, escolher alternativas nos pontos de bifurcação, colocar em questão as crenças até então intocáveis. Os horizontes de expectativas cognitivos e normativos, que regulam as interações entre os atores e entre os atores e seus espectadores, estão em construção, movidos de acordo com as provas que eles atravessam: o público se desenvolve frustrando as expectativas e criando a surpresa. São estes momentos de grande carga emocional⁴⁹, de tonalidades afetivas festivas, de excitação de ideias e de excesso de paixões que caracterizam fases de mobilização coletiva e que podem acabar mal... O levantamento de certas convenções é acompanhado de momentos de júbilo ou de angústia diante da incerteza do futuro. O Eu se liberta dos Mím(s), autorizados ou sancionados socialmente, que o retinham. São adotados novos modos de apresentação de si, modos inéditos de se exprimir e de se dirigir a seus pares e aos auditórios, destacando-se de suas características estatutárias em grupos primários e secundários. Ele descobre novas preocupações, explora experiências sensíveis, intelectuais e, por vezes, espirituais, remodela o gráfico de suas afinidades e de suas repulsões e ganha interesse pela coisa pública, que geralmente era indiferente para ele. Essas variações de si não são, certamente, solitárias, nem desencarnadas, nem a-simbólicas, nem a-objetivas. O desenvolvimento de novos “idiomas

⁴⁸ Nós poderíamos retomar a ideia de “reflective role-taking” de Mead o de “*looking glass effect*” de Charles H. Cooley, *Human Nature and the Social Order*, New York, Charles Scribner’s Sons, 1922, p. 184.

⁴⁹ G. H. Mead, *MSS*, p. 219.

peçoais”⁵⁰ é a contrapartida do processo de desorganização e de reorganização social⁵¹ que, quebrando um consenso cognitivo e normativo, contribui para o surgimento de novos “universos de discursos”⁵², indissociáveis de “complexos” de objetos e de atividades⁵³. O público institui um novo campo de significados que nós podemos chamar, em um termo genérico, de “cultura pública”⁵⁴.

Essa espécie de comunidade política se auto-organiza e se autorreflete e toma consciência dela mesma no próprio processo de sua construção, segundo Dewey. Com o foco em uma situação problemática e no desenvolvimento de uma conduta inteligente, não poderíamos dizer que existe algo como um “Nós” (equivalente funcional do “Eu”) que emerge? Um *élan* de “simpatia”⁵⁵ pode surgir entre pessoas que adotam a atitude umas das outras: suas preocupações se alinham umas com as outras e elas experimentam em si mesmas os sentimentos que elas despertam nos outros. Esse sentimento de compaixão aumenta o sentimento de co-participação nas atividades coletivas de investigação, de experimentação ou de deliberação, e também aumenta o sentimento de reconhecimento mútuo. O processo de publicização de um “Nós” se faz rompendo com a sociedade solidificada, com suas hierarquias estabelecidas e com suas realidades compartilhadas. O “Nós”, no nexo atormentado de transações que compõem o público, é portador de potencialidades que o transcendem. Ele abre caminho para um futuro inédito. Ele libera, para o melhor ou pior, as energias individuais e coletivas, projeta formas cognitivas e normativas. Esse “Nós”, não inteligível no momento em que a ação coletiva se realiza, pode ser reavaliado posteriormente, tanto por seus participantes quanto pelos seus observadores, como um “Nós” dotado de uma

⁵⁰ T. Shibusaki, *Society and Personality: An Interactionist Approach to Social Psychology*. *op. cit.*, cap. 16.

⁵¹ W. I. Thomas, F. Znaniecki, *The Polish Peasant*, vol. 4, Boston, Badger, 1920.

⁵² Mead os definiu como “sistemas de significações comuns ou sociais”, “contexto de sentidos de gestos ou de símbolos”, “constituído por um grupo de indivíduos que realizam um mundo comum, via um processo social de experiência e comportamento” (G. H. Mead. *MSS*, p. 89-90 et p. 269). Esse conceito é recorrente na obra de Robert E. Park.

⁵³ Herbert Blumer, “Objects”, in *George Herbert Mead and Human Conduct* (T. Morriane, ed.), Walnut Creek, Altamira Press, 2004, p. 39-55, aqui p. 41.

⁵⁴ Joseph Gusfield, *The Culture of Public Problems. Drinking-Driving and the Symbolic Order*, Chicago, University of Chicago Press, 1981 (existe uma tradução em francês de D. Cefäi, *La culture des problèmes publics*, Paris, Economica, 2007). A cultura pública é uma perspectiva comum, tida como certa, que comanda a percepção do que é a ordem pública e que é transformada pelo surgimento de novos problemas públicos.

⁵⁵ G. H. Mead, *MSS*, p. 299.

identidade coletiva (equivalente funcional do “Mim”). O público, ao reorganizar as ecologias materiais que o condicionam, representando-se e simbolizando-se em uma memória coletiva, articula as categorias, as imagens e os símbolos de uma experiência coletiva do passado. Ele se projeta em direção a bens públicos, fins desejáveis, “à vista”, que se perfilam à medida que se desenvolvem suas atividades, abrindo em seu rastro um mundo de hábitos e memórias, que o ancoram no passado.

PLURALIDADE E CONFLITUOSIDADE DOS GRUPOS E DOS QUADROS DE REFERÊNCIA

Até agora, porém, raciocinamos como se esse Outro generalizado fosse uma instância de unificação bem integrada – como se a comunidade organizada, ao se refletirem nos *Selves* que a compõem, garantissem um consenso cognitivo e moral. Ora, *a peculiaridade do público é ser irremediavelmente dividido, plural, e conflituoso*: a definição e o domínio de uma situação problemática só pode fazer suscitar divergências de pontos de vista, conflitos de interesses e de opiniões, oposições em termos de conhecimento e de avaliação. O público sempre se encontra fragmentado em múltiplas identidades coletivas, relativas a subgrupos de referências, cada um encarregado pela defesa de seus valores, de seus desejos e de seus interesses. A experiência pública é feita de “significados disputados”⁵⁶, enquanto se articula em torno das questões em disputa. O público impede um processo de desorganização social, assumindo o “controle da vida da comunidade”⁵⁷, em relação a uma situação problemática. Ele é o equivalente funcional, na escala do “organismo social”⁵⁸, da consciência reflexiva que guia e regula o *Self*. Ele deve restaurar os hábitos sociais (nos “complexos de atividades”) e os significados sociais (no “universo do discurso”⁵⁹). Ele o deve fazer integrando os conflitos e assegurando que os “impulsos de hostilidade e de antagonismo” e os “fatores de conflito e de

⁵⁶ J. Gusfield, *Contested Meanings: The Construction of Alcohol Problems*, Madison, University of Wisconsin, 1996 – e notadamente, cap. 2 (nova edição de “Constructing the Ownership of Social Problems : Fun and Profit in the Welfare State”, *Social Problems*, 1989, 36, p. 431-441 tradução em francês em D. Cefai, C. Terzi (sob a direção de), *L'Expérience des problèmes publics*, Paris, Éditions de l'EHESS, 2012, p. 113-132).

⁵⁷ G. H. Mead, *Movements of Thought*, *op. cit.*, cap. 16, p. 360 sq: “The problem of society – how we become Selves.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 373.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 380.

desintegração” não prevaleçam⁶⁰. O processo de publicização é ordenado em uma “arena pública” de perspectivas, plurais e conflituosas, que se refletem umas nas outras, num jogo de espelhos, como *perspectivas sobre perspectivas* – essa reflexividade coletiva se realiza, por sua vez, por meio de processos de socialização no[s] “fórum [s] de reflexão” entre *Selves* múltiplos que são as pessoas. O Outro generalizado não existe, então, como uma força transcendente, anterior e exterior aos atos sociais. Seu poder de unificação opera a partir da tensão entre vários grupos de referências e vários quadros de referências que, entre os dois extremos da exclusão recíproca e a fusão sincretista, entram em uma gama de interações tão diversas quanto a negociação de interesses ou o debate de opiniões, o processo judicial ou a controvérsia científica, a polêmica midiática ou a batalha política. O processo de publicização se reflete também, seja na deliberação coletiva, ao ar livre, seja na conversação interior, de *si* para *si*. A experiência pública é uma *experiência pluralista*: assim como os grupamentos de interesse e de opinião que se afrontam com o objetivo de definir e controlar uma situação problemática entram em acordo, apesar de suas diferenças, sobre questões comuns e sobre as regras do jogo, da mesma forma os indivíduos, ao afirmarem seus pontos de vista e defenderem suas crenças e seus ideais, são capazes de aceitar a possibilidade de outros pontos de vista, interesses e opiniões, e até certo ponto, de endossá-los e de incorporá-los em seus próprios pontos de vista.

Esse processo de publicização dá lugar a jogos de papéis complementares, alguns condenados a um destino efêmero nessa mobilização, enquanto outras prometem carreiras de institucionalização. Alguns desses papéis são pré-atribuídos por dispositivos de ação pública, por formatos de programação midiática ou por gramáticas da vida militante – autorizando, no entanto, variações sancionadas pelos participantes ou pelos auditórios. Outros se inventam ao longo do caminho – nos últimos anos, vimos surgir na Internet rostos de perfis de redes sociais, cidadãos investigadores, moderadores de chat, ou *hackertivitas*⁶¹ engajados... Alguns, como os jornalistas⁶², têm lugar privilegiado nas redes de comunicação e dão acesso a uma multiplicidade de situações distanciadas e a atitudes daqueles que participam delas. Alguns desses papéis são atribuídos aos seres abstratos: ao movimento feminista, às gerações futuras,

⁶⁰ G. H. Mead, *MSS*, p. 303-304.

⁶¹ Do original “*hacktiviste*”, em francês, sem correspondência específica no português, construído por meio da união da palavra “hacker” com “ativista” (N.T.).

⁶² *MSS*, p. 257.

à Terra ou à Paz... Multiplicando esses papéis a serem assumidos e mantidos, desempenhados e adotados, e fazendo cristalizar interesses comuns e identidades coletivas, e trazendo à tona pontos de disputa e de ideais a reivindicar, o processo de publicização tem fortes chances de modificar as hierarquias estabelecidas, de valorizar certas competências, poderes e estatutos e de invalidar outras. Conseqüentemente, ele produz novas simetrias e assimetrias de recursos e de informações, de poder e de prestígio, de prerrogativas e responsabilidades⁶³; fixa novas linhas de controle e de resistência, de autoridade e de consentimento. Esse público é movido por dinâmicas de inovação. As minorias ativas embaralham os consensos cognitivos e morais e, por contágio, provocam as cadeias de pequenas mudanças, acabando por reverter convicções ou por criar instituições. Esse público faz surgir uma representação política. Os líderes emergem, portadores de um papel decisivo ou dotados de um gênio específico, que “traz[em] para o poder *n* mudanças produzidas nas comunidades por qualquer um de seus membros⁶⁴”; e os representantes refletem, representando e simbolizando o público, “as atitudes organizadas da comunidade”⁶⁵. Enfim, quando um problema público é reconhecido pelas autoridades públicas, os homens de Estado (*statesmen*) “mediatiza[m] as atitudes organizadas fazendo [sua] própria experiência universal, de tal maneira que os diferentes grupos entram em comunicação por meio de [sua] intercessão”⁶⁶. O público produz o Estado. O problema público se torna, então, uma questão política, no sentido clássico do termo.

O “Nós”, se existe um “Nós”, do processo de publicização, ele não amalgama, portanto, os indivíduos em coletivos unânimes. Mead descreve o auge da experiência social na linguagem do êxtase coletivo da multidão ou da seita⁶⁷, que desfaz toda a inibição e conduz a uma fusão de *Selves* em uma mesma comunidade ou, na linguagem do sacrifício de *si* pela comunidade em tempos de guerra, na união sagrada contra o inimigo⁶⁸. Porém, essa multidão é a antítese do público. A universalidade não é unanimidade. O público se conjuga no plural.

⁶³ J. Gusfield, *Symbolic Crusade: Status Politics and the American Temperance Movement*, Urbana, University of Illinois Press, 1963.

⁶⁴ G. H. Mead, *MSS*, p. 216.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 187.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 257.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 207.

⁶⁸ O sacrifício de *si* é a única forma de “alcançar um sentido emocional de valor da sociedade da qual somos membros. Devemos perder nossas vidas para salvá-lo?” (“How Can a Sense of Citizenship be Secured?”, Special Collections JRL, *Mead Papers*, sem data, 11 folhas, acessível no *Mead project*).

A EMERGÊNCIA DOS IDEAIS, DAS IMAGENS, E DOS SÍMBOLOS: O TRABALHO DA IMAGINAÇÃO

As fricções entre Eu e o Mim, esse “censor”⁶⁹, se encontram nas tensões sociais entre o culto da originalidade e o desejo de conformidade, entre o alinhamento com as leis e as instituições e o desvio ou a desobediência. “Eu” é a *fons et origo* do que surge de novo na experiência, e a interação entre uma multiplicidade de “Eus” faz emergir novas significações e representações – um movimento que seria preciso analisar em conjunto com o que C. S. Peirce chama de momentos abduativos e icônico da razão⁷⁰. A “conduta imaginativa”⁷¹ de uma configuração de *Self* em interação reconfigura o nexo de perspectivas de seu ambiente. O processo de publicização é um momento de exercício da imaginação coletiva. Ele acontece na intersecção de trocas cooperativas e comunicativas de membros do público: o cruzamento de perspectivas e das perspectivas sobre as perspectivas torna-se a fonte de criatividade de um agir coletivo⁷². Um processo experiencial, dando lugar a associações inéditas entre ideias, imagens e símbolos, mas também entre instituições, corpos e objetos, se inicia. Isso é também o que permite ao *Self* se colocar no lugar de outros e compreender as humilhações que eles sofrem, suas causas e suas razões: a imaginação está na raiz da ética. Por meio desse processo experiencial, os *Selves* dão origem a novos “universos de discursos”, correlativamente a “projetos sociais e empresas cooperativas”⁷³ e se orientam, de modo cooperativo, em direção aos problemas sociais. Eles tomam consciência de certas espécies de mal social e projetam a realização de soluções via reforma social⁷⁴. O trabalho de imaginação coletiva é inerente a esse olhar, a esse dizer e a esse fazer coletivos.

Todas as formas de teorizar o público, de Tarde a Park e a Dewey insistem no seu *caráter emergente*. O público rompe com o passado e inaugura um futuro. Isso desorganiza

⁶⁹ G. H. Mead, *MSS*, p. 210 e p. 255 nota 1.

⁷⁰ Charles S. Peirce, *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, vol. 5, Cambridge, Harvard University Press, 1934

⁷¹ G. H. Mead, *MSS*, p. 370.

⁷² H. Joas, *Creativity, op. cit.*, 1999.

⁷³ G. H. Mead, *MSS*, p. 157.

⁷⁴ G. H. Mead, *The Individual and the Social Self: Unpublished Work of George H. Mead*, editado por D. L. Miller, Chicago, University of Chicago Press, 1982, p. 97.

hábitos e gera a “novidade”. Ele cria a “descontinuidade” na experiência⁷⁵. É por essa razão que seria melhor falar de processos de “publicização”, passando para a forma verbal, ao invés de utilizar o substantivo “público”. A consequência é direta para a investigação sobre os públicos e os problemas públicos, que deve acima de tudo seguir os fluxos, apontar as transformações, restituir as gêneses. Ao mesmo tempo, Mead nos convida a levar em conta, na “passagem” (*passage*) ou no “sobreposição” (*overlap*) de cada presente sobre outro, uma “continuidade”, por meio da qual há “dependência” ou “condicionamento” de um acontecimento pelo o que o precede – mesmo que essa continuidade não se deixe colocar na equação. É somente sobre um fundo de ruptura no presente que se faz essa “reconstrução do passado” que faz emergir as relações de causalidade e que possibilita uma expectativa sobre o futuro, localizando na “passagem atual” do presente as forças que a preparam. Visto que aquilo que emerge comanda a “seleção de futuros e, portanto, os passados que são suas ditas causas”; “Nada está perdido, mas o que acontece e que é novo está, constantemente, gerando um novo passado”⁷⁶. O “campo da experiência⁷⁷”, onde se constitui um problema público, estende-se, então, para muito além dos limites da percepção imediata. Ele transcende os limites do presente e transborda (*overflow*) em direção ao passado e ao futuro. Nós apenas experimentamos um problema público nas “texturas” da memória e do projeto, reconstruindo a sua gênese de modo a identificar as cadeias de causalidade e de responsabilidade, em contraponto à previsão do desenvolvimento de consequências vindouras e da projeção de um modo de regulação ou de resolução. A inteligência efetivada no processo de publicização permite resolver, servindo-se de lições da experiência passada, as dificuldades que as ações ou os eventos atuais colocam em relação às suas consequências possíveis e ao seu controle que se crê ser possível projetar. Ela é a faculdade de imaginar as soluções a uma situação problemática à luz do passado como a prova do futuro.

Porém, esse processo experiencial autoriza toda sorte de distinções. Mead e Dewey esperam que o público seja orientado pela “ciência moderna”⁷⁸ no que ela organiza como um processo racional de reflexão e deliberação, de investigação e de experimentação. Contudo, a experiência pública longe de se deter à lógica de representações e de simbolizações

⁷⁵ G. H. Mead, “The Nature of the Past”, in F. Adler et alii (ed.), *Essays in Honor of John Dewey, On the Occasion of his Seventieth Birthday, October 20, 1929*, New York, Henry Holt, 1929, p. 235-242.

⁷⁶ G. H. Mead, *Philosophy of the Act*, *op. cit.*, p. 616.

⁷⁷ G. H. Mead, *MSS*, p. 340.

⁷⁸ G. H. Mead, *Movements of Thought*, *op. cit.*, cap. 13.

científicas, também é nutrida por ideias, imagens e símbolos, que lhes dão sua energia utópica, e que podem induzi-la a erros em derivas ideológicas. Na escala da vida de um organismo individual, o papel das imagens e dos símbolos, provenientes da experiência passada e incorporados nas atividades perceptivas, é crucial na integração dos atos perceptivos, manipulatórios e cognitivos, e na abertura de um campo de experiência. Se passarmos ao registro público da experiência pública, certo número de imagens e de símbolos escapa ao controle do que Mead chama de “método experimental⁷⁹” ou o “método científico⁸⁰” e importam muito, no entanto, para os atores. Sem dúvidas, para Mead e Dewey, a experiência pública deve se realizar se livrando das ilusões, mas ela não é exclusiva de significados disponíveis em um imaginário social, e também pode ser seduzida pela propaganda de cruzadas morais e políticas. A ação recorre a “termos” e faz “apelo a seus significados”, ativando também certas “respostas organizadas” que encarnam o “espírito da comunidade⁸¹”. Associar imagens ou símbolos – por exemplo, o imaginário do Cristianismo sobre Satanás⁸² ou da Nova Jerusalém⁸³, ou todas as “visões” motrizes nos movimentos milenaristas ou nas utopias sociais – significa combinar as respostas com uma situação e a se projetar em uma ação em conformidade com as respostas. A experiência pública toma de empréstimo e retorna a um ambiente constituído por mitos, religiões ou ideologias, que tem o seus suportes materiais, suas garantias institucionais e suas consequências práticas. As configurações de imagens e de símbolos interferem na constituição dos problemas públicos e dos públicos que se relacionam com os problemas, e, ainda, intervêm nas provas de realidade, de direito e de justiça. Elas estão lá, no “campo de significados”, e, então, no “campo de ação”, no núcleo das transações dos humanos e de seu ambiente.

Poderíamos lembrar aqui dos “estereótipos⁸⁴” mencionados por W. Lippmann, os “preconceitos” que deformam os julgamentos, que distorcem a investigação⁸⁵ e que estão frequentemente envolvidos em atitudes hostis. Esse é o caso, segundo Mead, quando o

⁷⁹ G. H. Mead., “History and the Experimental Method”, in *Philosophy of the Act*, *op. cit.*, Essay 6, p. 92-100.

⁸⁰ G. H. Mead, *Movements of Thought*, *op. cit.*, p. 362.

⁸¹ G. H. Mead, *MSS*, p. 268.

⁸² *Ibid.* p. 220.

⁸³ G. H. Mead. “Experimentalism as a Philosophy of History”, in *The Philosophy of the Act*, *op. cit.* Essay 28, em particular p. 508-519; e *Movements of Thought in the Nineteenth Century*, *op. cit.* p. 176, 248 e 362.

⁸⁴ Walter Lippmann, *Public Opinion*, New York, Macmillan, cap. 15, part. 4, 1922.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 54-58 e p. 120.

sentimento experimentado pelos indivíduos diante das suas “dificuldades de ajuste ou de adaptação social” é um “sentimento de superioridade e de oposição temporária aos outros indivíduos”. Mais do que a identificação mútua e coordenação benevolente, temos, então, oposições abertas de interesse ou de opinião, que podem se acompanhar de uma febre patriótica⁸⁶ ou religiosa⁸⁷ e suscitar o desejo de destruir o inimigo⁸⁸. Essa hostilidade pode se nutrir de imaginários e de simbolismos da guerra santa ou nacionalista. De fato, o processo de publicização – no qual os progressistas creem na possibilidade e na eficácia, ao contrário do ceticismo de Lippmann – deve ser crítico com esses estereótipos e combatê-los com uma atitude racional, tanto do ponto de vista cognitivo quanto do normativo. As imagens e símbolos não têm somente o poder de impedir a cooperação e a comunicação, eles são, ainda, seus fatores. Mead explica, por exemplo, que os ideais universais foram inventados nos universos do discurso do Evangelho, da filosofia grega e do direito romano⁸⁹. A possibilidade de “reconstruções sociais”⁹⁰ requer uma noção de “progresso”, ausente nas sociedades antigas e tradicionais. A democracia é, em si, uma “atitude” e se sustenta com a “fé” nas virtudes da vontade geral, da igualdade e da fraternidade expressas pelo “evangelho de Rousseau” durante a Revolução francesa⁹¹, contrariando o regime feudal e corporativo que comandava a organização social da Idade Média. Do outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, o “autogoverno”, “tornado o agenciamento principal do controle político da comunidade”, também tem o seu mito fundador na revolução americana⁹². Ele se colocou a favor de uma mudança de “cultura”, que moldou outra “consciência política” e que se incorporou em “hábitos políticos”⁹³. A busca pela democracia é inseparável do imaginário das pequenas repúblicas dos *Founding Fathers*⁹⁴, de um forte sentimento da liberdade dos indivíduos e de

⁸⁶ G. H. Mead, *MSS*, p. 207-208.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 281-282.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 286.

⁸⁹ Mead nota que as representações da universalidade da religião ou da economia (*ibid.*, p. 281) e seguintes) podem, além disso, serem difundidas pela propaganda.

⁹⁰ *Ibid.* p. 293-294.

⁹¹ *Ibid.*, p. 286-287.

⁹² *Ibid.*, p. 267.

⁹³ G. H. Mead, “The Philosophies of Royce, James and Dewey in their American Setting”, *op. cit.*, p. 212.

⁹⁴ Em inglês, no original. (N.T.)

uma grande desconfiança de todas as “éticas vindas do alto⁹⁵” (*ethics from above*). A busca pelo bem público deve resultar de uma “inteligência implícita em seus atos”, sem fascínio por ideias absolutas, dependência de relações pessoais ou devoção partidária aos líderes⁹⁶. O que se descobre ao ler Mead e Dewey é que a “organização racional” da vida pública, por meio de deliberações, de investigações e experimentações, também extrai sua possibilidade de um imaginário social e de uma “fé comum⁹⁷”: sem ideais, tornados sensível e inteligível em imagens e símbolos, não há experiência reflexiva, e, portanto, também não há o público. O público, para existir, deve ocorrer em um campo emocional e avaliativo. Deve dar espaço a todos os seus membros potenciais, à maneira das “comunidades ideais das grandes religiões universais⁹⁸”. Ele deve manter vivas as crenças na “flexibilidade do Estado” e a possibilidade de ampliar suas fronteiras em busca da “regulação dos conflitos sociais”. Ele, por fim, deve cultivar os valores cívicos e políticos do direito, da igualdade e da liberdade.

UMA ECOLOGIA MATERIAL DO PROCESSO DE PUBLICIZAÇÃO

Concretamente, o problema público se temporaliza como “organização de diferentes perspectivas⁹⁹” que produzem a associação, o laboratório ou o tribunal, o jornal ou a administração. Um conjunto de eventos fluentes que não cessam de “passar”, ele cristaliza e adquire uma “permanência” por meio de operações de sua constituição, que se entrelaçam umas nas outras. A “realidade presente” do problema público é uma “possibilidade¹⁰⁰”, um complexo de hipóteses de trabalho (*working hypotheses*¹⁰¹) colocadas à prova nas atividades coletivas. A experiência temporal da situação problemática, com seus ritmos, bloqueios e emergências, com suas séries de acontecimentos e suas linhas da ação, impõe-se aos membros do público e a seus “oficiais”. Ela tem a estrutura de um contraponto onde se embotam as

⁹⁵ G. H. Mead, *ibid.*, p. 230-231. Uma vez que “não há sublimação do indivíduo na estrutura da sociedade”, os americanos não têm o “sentimento de reverência por uma ordem social pré-existente, onde devem tomar seu lugar e eles devem preservar os valores”.

⁹⁶ G. H. Mead, *MSS*, p. 313-314.

⁹⁷ J. Dewey, *A Common Faith*, 1934.

⁹⁸ G. H. Mead, *MSS*, p. 316.

⁹⁹ G. H. Mead, “The Objective Reality of Perspectives”, in *Philosophy of the Present*, *op. cit.* p. 165.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 173.

¹⁰¹ Em inglês, no original (N.T.)

perspectivas temporais próprias aos contextos tecnológico, eleitoral, judiciário, midiático, administrativo, científico, associativo... cada um com sua própria estrutura narrativa.

O processo de publicização não se produz “dentro da cabeça”, mas fora. As perspectivas que ele gera são dotadas de consequências. Elas se dão na organização prática das atividades, das ações e das interações sociais. O público emerge de suas transações com um ambiente do qual ele provém e transforma. Só se pode compreendê-lo a partir de seus pontos de ancoragem e apoio em uma situação problemática, e dos equipamentos materiais, das crenças práticas e das alavancas institucionais que ele desenvolve para resolvê-lo. Assim, o público se materializa nas configurações dos objetos que solicitam os membros da comunidade, exortando-os a adotar esta ou aquela atitude ou guiando-os na realização desta ou daquela conduta. As configurações dos objetos – que podem ser caixas de ferramentas, regras de direito ou organogramas de organizações, arranjos espaciais ou agendas temporais, equações formais, ideias normativas ou seres divinos – não são inertes. Elas constituem um “ambiente operatório”, que é o da definição e do controle das situações problemáticas; e elas contribuem para o ordenamento de formas de poder e de mudança, de cooperação e de comunicação.

Um dos erros frequentemente cometidos, tanto na interpretação de Dewey quando na de Mead, é o esquecimento da parte dos objetos e das atividades com os objetos e o fato de se aterem apenas à psicologia social da intersubjetividade. Ora, o processo de publicização é constantemente mediado pelos objetos. A situação problemática gira em torno de objetos: barras, garrafas, estradas e carros para dirigir alcoolizado, moléculas químicas, hospitais, orçamentos e equipamentos nas mobilizações pela saúde pública. Para defini-lo, existem outros objetos agenciados, fabricados ou ativados: satélites, sondas e observatórios, curvas estatísticas, modelos de previsão e técnicas de imagem, simpósios, postos de pesquisa e de investimentos públicos ou privados, para tornar sensível e comprovar o aquecimento climático. Para resolvê-lo, outros objetos entram em cena: medições de fluxos de rio, mapas de vigilância, planos de evacuação, estruturas hidráulicas e estações meteorológicas, prefeituras, apólices de seguro de caminhões de bombeiros, em redes de monitoramento e alerta e na gestão de risco de inundação. Todas as fases do processo de publicização são

indissociáveis do universo de objetos e de complexos de atividades¹⁰². O exercício coletivo de uma inteligência encarnada, equipada e organizada¹⁰³ agencia reflexivamente na situação problemática, com o objetivo de resolvê-la, objetos que assumem o estatuto de condições, de fatos e provas, de ferramentas de mensuração, de evidências, de instrumentos de intervenção e de metas a alcançar.

Pode-se, portanto, dizer que o processo de publicização possui uma racionalidade no sentido em que ele organiza os meios em busca de realizar os fins. Porém, não no sentido utilitarista da teoria das escolhas racionais. Os fins estão nos meios: a descoberta progressiva daquilo que se objetiva se faz na reorganização progressiva da situação e de sua experiência, que configura as alianças, as hipóteses, os objetivos, os recursos e os instrumentos. Essa organização transforma a situação por meio de medidas sociais, econômicas, jurídicas ou políticas e a equipa de um ponto de vista cognitivo e normativo, de um conjunto de técnicas, de conhecimentos e de regras e de instituições. Novas “hipóteses de trabalho¹⁰⁴” são elaboradas, testadas e discutidas. Elas incluem tanto predições científicas, normas jurídicas, “proposições de ação social¹⁰⁵”, quanto visões políticas ou profecias religiosas. Elas se orientam em direção a novas finalidades, formando valores, gerando desejos e agregando interesses. A reforma social não é, de acordo com Mead, nada mais que a “aplicação da inteligência ao controle das condições sociais¹⁰⁶”: ela é concebida como um “método experimental”, que visa, ao mesmo tempo, resolver os problemas concretos e promover mais igualdade, solidariedade e justiça. As hipóteses de trabalho são apenas provisórias, seu ajuste e sua validação dependem de discussões, de investigações e de experiências posteriores. A diferença em relação às ciências naturais é que os participantes do público são parte das condições e das consequências que eles buscam controlar e que sua “inteligência reflexiva” se aplica, portanto, às suas próprias condutas, atitudes e hábitos. Ao transformar seus ambientes,

¹⁰² Nós retomamos as expressões de H. Blumer, “Objetos”, *op. cit.* Este descreve bem que “O significado está no campo de ação” em relação às atitudes que os atores são “preparados”, treinados, equipados, acostumados a ter (p. 44-44); e fala de “carreiras ou histórias” de objetos (p. 46), diretamente relacionadas ao processo de “interação social”, e, portanto, de “mudança social” (p. 47). Ele estava, então, muito mais próximo de Mead do que certas leituras interacionistas que foram feitas a partir de então.

¹⁰³ J. Dewey, *Public and Its Problems*, *op. cit.*, cap. 6.

¹⁰⁴ G. H. Mead, “The Working Hypothesis in Social Reform”, *American Journal of Sociology*, 1899, 5, p. 367-371, aqui p. 370.

¹⁰⁵ J. Dewey, *Public and Its Problems*, *op. cit.*, p. 308.

¹⁰⁶ G. H. Mead, “The Working Hypothesis in Social Reform”, *op. cit.*, p. 370.

eles transformam a eles mesmos – não no sentido de uma regeneração da humanidade, mas no sentido em que, ao tocar no complexo de forças que moldam seus meios de vida, eles modificam a organização de seus impulsos, desejos e interesses, eles selecionam outras configurações de estímulos pertinentes para as suas atividades, eles reorientam os campos de suas transações com os outros e com os objetos e, portanto, os campos de experiência de suas vidas, pessoais e coletivas.

PROVAS NORMATIVAS: A SOCIEDADE COMO ORDEM MORAL

A atividade coletiva que envolve o público só pode ser normativa. A experiência pública é orientada por critérios do bem e do mal, do justo e do injusto, do certo e do errado, do legal e do ilegal, do moral e do imoral, do legítimo e do ilegítimo. Essa é uma ideia comum tanto da filosofia pragmatista quanto da sociologia de Chicago: a sociedade humana é uma *ordem moral*. Viver em sociedade é desempenhar deveres, honrar obrigações, reclamar direitos, assumir responsabilidades, realizar julgamentos, agir definindo regras, discutindo valores, e se coordenando em torno de convenções, preocupando-se com as consequências dessa ou daquela decisão... Cada ato social, quando excede o círculo de hábitos, de usos e de convenções, gera toda uma gama de processos de “valoração¹⁰⁷”, por meio dos quais os atores envolvidos refletem sobre o que lhes parece desejável e sobre o que eles se preocupam e se importam. *A fortiori*, quando se trata de atos sociais implicados em um processo de publicização: não são tanto dificuldades cognitivas que conduzem à formação e à resolução de problemas públicos quanto provas de avaliação das consequências problemáticas de certas atividades (consideradas nefastas para a comunidade), que dão origem a atividades de invenção normativa com o objetivo de resolver esses problemas (estabelecer convenções, afirmar direitos, por exemplo)¹⁰⁸. R. Turner e L. Killian falavam a esse propósito de “emergência de normas¹⁰⁹”, formuladas a prova da crítica e da reconstrução de uma situação

¹⁰⁷ Sobre essa noção, ver J. Dewey, *Theory of Valuation*, 1939.

¹⁰⁸ Como apontado por Hans Joas, Gary A. Cook ou Louis Quéré, estamos longe da exigência de esclarecimento e refundação normativa dos princípios éticos pela pragmática comunicativa de Habermas ou Apel.

¹⁰⁹ Ralph Turner, Lewis Killian, *Collective Behavior* [1957], Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1993.

problemática, rompendo com os costumes, os hábitos e as leis que prevaleciam até aquele momento na organização da experiência social¹¹⁰.

Não há o público sem as provas de desgosto, de indignação ou de revolta que se revelam partilhadas por muitos *selves* em contato com uma ou outra situação, e a partir dela, sem reflexão coletiva, se mostram atravessadas por conflitos de perspectivas sobre o que seria bonito, bom, certo, justo ou legítimo em uma ou outra situação¹¹¹. Isso começa com as apreciações imediatas da situação perturbadora e continua até os julgamentos avaliativos sobre a situação problemática. Essas operações de valoração têm um impacto que vai além da privacidade dos envolvidos: o caminho que leva da perturbação ao problema é o da sua objetivação em múltiplas modalidades (mensuração estatística, experimento científico, qualificação jurídica, investigação jornalística, deliberação cívica...), mas também da apreensão coletiva do que faz a natureza indesejável da situação e suas consequências, diretas ou indiretas. A “criatividade social do *Self* emergente¹¹²” se lança, assim, de forma que ele selecione um ambiente que o afete de volta e onde ele dirija as mudanças desejáveis em uma ação conjunta com outros. Os ideais e valores emergem em conflito com aqueles instituídos na comunidade, desafiando os “conjuntos de respostas organizadas” dos membros – desorientando-os, perturbando-os ou chocando-os até nos conjuntos de hábitos do que Mead chama de “*Self* inconsciente¹¹³”. Evidentemente, essas provas de valoração, ao contrário do Outro generalizado, não alcançam o consenso. Apenas há o público onde existem disputas em torno de valores ou de ideais, de seu mérito e de seu impacto, de sua formulação e de sua significação nos julgamentos, que estão ancorados nesse movimento de desorganização e reorganização dos *Selves*. Essas disputas se seguem em conflitos em torno da formação de normas morais e legais que lhes dão força – por exemplo, as regulamentações em matéria de dejetos públicos industriais (manutenção de um equilíbrio ecológico), convenções coletivas

¹¹⁰ Sobre concepções de criatividade: H. Joas, *Creativity, op. cit.*, cap. 4 para aplicações de uma visão de "democracia criativa".

¹¹¹ De um ponto de vista normativo, Mead atribui a Dewey “quatro definições do fim moral: a realização da individualidade, o cumprimento das funções específicas, a satisfação de interesses e a realização de uma comunidade de indivíduos” – com o quarto fim, de ordem “sociológica”, “a ética de Dewey é a casa em seu ambiente social”, in G. H. Mead, “The Philosophy of John Dewey”, *art. cit.*, p. 70. O “fim moral”, por último, a “plenitude da vida individual” só se realiza em uma “comunidade de indivíduos”. O público encarna esse ideal. Tanto para Dewey quanto para Mead, a democracia é a melhor forma de vida e um governo para alcançá-lo.

¹¹² G. H. Mead, *MSS*, p. 214.

¹¹³ *Ibid.* p. 163.

que determinam condições de trabalho (recuperação de uma economia moral) ou leis que interditam formas de assédio sexual (erradicação da dominação masculina).

Um exemplo é dado por Mead com a criação de um direito de relações internacionais no seio da Liga das Nações¹¹⁴, quando a comunidade internacional, recomposta após a prova da Grande guerra, constitui-se como um público, que resolve o problema da regulação das hostilidades nacionalistas e da manutenção de um estado de paz¹¹⁵. Esses requisitos normativos não fazem parte de uma moralidade abstrata ou de um direito abstrato. Tanto a ética quanto o direito estão ancorados na experiência dos limites da guerra e da diplomacia e progredem pela experimentação de uma nova ordem institucional. Eles revelam menos uma arbitragem entre princípios abstratos do que uma arte de identificar, explorar, valorizar e desenvolver as possibilidades de ação nesta ou naquela situação. Eles pressupõem a possibilidade de transformar as atitudes e as respostas a essas atitudes no jogo social regulado¹¹⁶, e assim de redistribuir os sistemas de papéis, de direitos e de responsabilidades e de rearranjar as configurações de práticas, de instrumentos e de instituições. Dito de outra maneira, a capacidade de “reformular a ordem das coisas e [de] exigir o aperfeiçoamento dos padrões da comunidade¹¹⁷” acompanha a capacidade de criticar o desprezo, a injustiça, a indecência e de reivindicar a liberdade, a justiça e a dignidade.

Contudo, os valores e ideais não estão suspensos no vazio. Eles se formulam em julgamentos avaliativos, mas eles também possuem uma inscrição material na formação de desejos, interesses e de finalidades no manejo das situações problemáticas. Eles se constituem em um agir criativo, que se institucionaliza em novos ambientes, enraizando-se nas apreciações imediatas das intenções, ações ou eventos no jogo de interações ordinárias. Eles participam da experiência pública, indissociavelmente afetiva, sensível e moral, dessa comunidade política em ação, que é o público, rearticulando as crenças, as atitudes e os hábitos que fazem dos *Selves* seus membros. Mead oferece aqui um precioso contraponto a Dewey, para compreender o arco das atividades coletivas que conduz as apreciações imediatas aos julgamentos avaliativos, por meio de múltiplos debates, investigações e experimentações que realizam o processo de publicização.

¹¹⁴ Société des Nations, no original (N.T.)

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 220 e p. 287.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 152

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 168.